

ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA

NEWSLETTER

# ALUMNI

Nº 7 | JUNHO 2015



## **Abertura**

**J. M. Aroso Linhares**

## **Crónica Memorial (para a ALUMNI)**

**Guilherme Figueiredo**

## **Recordações**

**Mariana Geraldo**

## **Prémio Eduardo Correia**

## **A esquecida juridicidade Europeia**

**Mafalda de Sá**

## **Um adeus inquieto ao século XVIII**

**J. M. Aroso Linhares**



Numa *comunidade de memória* como aquela que uma vez mais nos convoca para a *sala 8* — comunidade porventura mais *de memórias* do que *de memória*, com muitas e distintas *Coimbras* e outras tantas experiências da Casa-Escola (feitas de tempos e de emoções incomparáveis) a sobreporem-se no papel do *referente*... —, o *interdiscurso* partilhado (como um tecido que a todo o momento é preciso reconstruir) é decerto tão profundamente precioso quanto insuperavelmente frágil. Não é assim sem apreensão — não é pelo menos sem alguma receosa expectativa... — que, uma vez luminosamente cumpridos os primeiros dez anos, nos sentimos hoje todos a pisar um novo degrau — cuja posição relativa só o futuro estará em condições de identificar.

Sendo certo que o tecer das *razões* e dos *afectos* precisa, mais do que nunca, do cuidado de todos os membros da ALUMNI (dos que já cá estavam, e dos que foram chegando... e dos que acabaram de chegar!), não é menos certo que as condições que permitem um tal *tecer* (no seu fazer conjunto), essas dependem de situações *institucionais*... — situações que, por sua vez, responsabilizam muito especialmente aqueles que, em cada momento, servem o *corpus* da Associação. É em nome destes últimos que me atrevo agora a pronunciar-me: para reconhecer que a tarefa-*munus* que nos mobiliza — num contraponto inevitável com o ciclo anterior... — é seguramente (e sem qualquer paradoxo) mais fácil e mais difícil. Mais fácil, porque a dinâmica das *belas práticas* entretanto estabilizadas se nos oferece com a força e a transparência exemplares de um *doing what comes naturally*. Mais difícil, porque o cuidado e o entusiasmo, a generosidade e o saber (mas também a sensibilidade e o *sentido institucional*) daqueles que nos precederam — os quais, sem esquecer ninguém, me permito agora saudar na pessoa do Senhor Doutor Faria Costa! —, esses... situam o desafio *a ousar* e as respostas *a exigir* num patamar altíssimo. Um patamar cujas inimitáveis promessas... só *a caminhar* estaremos em condições de reconhecer... e de ousar *seguir*!

Caminhemos... pois! A companhia é magnífica (e é com ela e nela que se tecem as memórias!), mesmo que o caminho possa revelar-se difícil. *Evviva (...) la buona compagnia!*

J. M. Aroso Linhares



## ASSEMBLEIA GERAL DA ALUMNI 7 DE JUNHO DE 2014





## ***Crónica Memorial (para a ALUMNI)***

Muitos pés a subir muitas escadas, muitas. Cento e vinte cinco degraus. Calçados diferentes, muitos de rapazes, alguns de homens. Variadíssimos de raparigas, escassos de mulheres. Quase todos apressados.

Ouve-se em off “Coimbra B, ligação Coimbra A”. E aqueles passos apressados mantinham-se, agora sob o som da marcha do comboio.

Praça da República, outubro de 1976, aproximo-me de um taxi, abro a porta e sento-me. Antes ainda de fechar a porta o motorista pergunta-me para onde quero ir, respondo-lhe para a Rua Lourenço A. Azevedo, n. 80. Olha para mim e aponta uma rua dizendo, é aquela. Lá fui, a pé.

As escadas monumentais em contra-picado, a lembrar aquele ditado chinês que “a rua que sobe é a rua que desce”. Ainda não havia lido o Assim Falava Zaratustra. Muitos pés, castanhos e pretos. Vagarosos.

A Porta Férrea identificava a passagem para um outro mundo, transpondo-a transpunhamos a linha de horizonte, como se saltássemos de uma linha de água e mergulhássemos num caudal de surpresas, de personagens de ficção histórica. A Faculdade de Direito de Coimbra era uma memória para os que iniciavam a sua frequência. Chegávamos sabendo alguns nomes de professores, várias histórias que se contavam e simultaneamente nos arrepiavam e nos orgulhavam.

Éramos cerca de quatrocentos e cinquenta, representávamos a abertura da universidade e do país à democratização do ensino, e, talvez por isso, caímos numa primeira aula com a ilustrativa designação de Introdução ao Direito. O professor chegava com a desenvoltura e a gabardina de Humphrey Bogart, seguido de Paul Henreid com a pasta. Tratava-se do Doutor Castanheira Neves com o seu assistente Henrique Meireles. Duas horas ininteligíveis, capazes de abalarem a convicção de que iríamos obter os “vistos” de uma licenciatura em direito. Via-me na pista de Casablanca a ver partir o avião e com ele o visto a que aspirava.

Lembro, sempre recordei, a frase “conceito de cão não ladra”. No fim da aula olhei para o colega que se havia sentado a meu lado e perguntei, percebeste alguma coisa?, não percebi nada!, respondeu-me de imediato o Alberto, hoje procurador da república e fotógrafo. Haveria de ser a minha primeira cadeira, e com ela o direito de me sentar à mesa daquela comunidade.

Anos mais tarde, criaria amizade com Espinosa, trocaria com ele uma significativa correspondência epistolar, e, finalmente, compreenderia aquele rapaz sentado, sozinho, naquela sala onde cerca de quatrocentos outros rapazes e algumas raparigas, ouvia falar da introdução ao direito, do seu sentido que imaginava saber porque tinha visto o filme de Sidney Lumet, com Henry Fonda, Twelve Angry Men (Doze Homens em Fúria).

Rumava em círculo na Praça da República enquanto reflectia sobre o que se havia passado nesse dia do ano, salvo erro de 1979. Sentia-me vigiado na ausência de um qualquer olhar. Nesse dia, atravessada a Porta Férrea, subidas as escadas que davam acesso ao Instituto Jurídico, segui para uma sala onde se iria reunir o Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, presidido pelo Prof. Francisco Pereira Coelho, docente estimadíssimo pelos estudantes, homem de grande humanidade, inteligente e que escrevia poesia para uma gaveta. Nunca soube se essa gaveta era de acesso familiar ou se era de uso exclusivo do Doutor Pereira Coelho. Pelos professores integravam ainda aquele órgão o Prof. Alexandre Pessoa Vaz, “meu colega” da comissão para a instalação do Bar do Direito; e os Assistentes Fernando Nogueira, com o cognome de “o político”, e José de Faria Costa, com quem empatizei pela forma como geria os silêncios. E, também, pela conversa que manteve comigo – eu apenas repetia a última locução como se fosse um terapeuta sem técnica – sobre a importância do contexto político-social. Essa conversa haveria de ser, mais tarde, por mim retomada numa mesa redonda em que participei sobre a importância do contexto histórico-social.

Tratava-se naquele dia de uma reunião extraordinária do Conselho Directivo. A ordem do dia tinha como fim deliberarmos sobre a reintegração do Professor Antunes Varela, que havia sido saneado após a revolução de 25 de Abril de 1974, de acordo com a decisão remetida pelo Ministro da Educação e Investigação Científica Mário Sottomayor Cardia.

Quanto soube, depois da deliberação que haveria de ser tomada pelo Conselho Directivo, o Doutor Fernando Nogueira entendia que não deveria ser deliberado pelo Conselho a referida reintegração, em virtude desta vir expressamente exigida pelo Senhor Ministro e correr o Conselho o risco de um confronto com o Ministério, caso ocorresse a sua não aprovação. Este receio conjugava-se com a possibilidade, segundo aquele, possibilidade provável, de a minha pessoa votar contra e convencer o Prof. Pessoa Vaz, os demais alunos e os dois funcionários a também votarem contra, como já havia acontecido em anteriores deliberações, designadamente sobre a exigência da nota de doze valores para a dispensa à oral. Não sei se alguns dos outros docentes do Conselho Directivo igualmente conversaram com o Doutor Pereira Coelho em momento prévio. Sei que o Doutor Pereira Coelho entendia que a Universidade, no caso, a Faculdade de Direito, não deveria deixar de deliberar sobre essa matéria em nome da autonomia universitária, e que tinha dúvidas que a minha pessoa votasse contra a reintegração.

Chegado ao Instituto Jurídico encaminhei-me rapidamente para a sala onde iria ocorrer a reunião.

O Doutor Pereira Coelho inicia essa reunião extraordinária pondo a questão e pedindo para que eu fosse o primeiro a pronunciar-me. Apanhado de surpresa por uma ordem do dia que desconhecia, apenas me ocorriam alguns factos: que na cadeira de Direito das Obrigações, cuja regência era do Doutor Rui de Alarcão, a principal monografia era o volume único Das Obrigações em Geral do Doutor

Antunes Varela; que era o professor que havia “passado a perna” a um colega aquando os trabalhos preparatórios do novo código civil chamado Vaz Serra; que havia sido Ministro da Justiça no Estado Novo e que não tinha o apoio geral dos docentes como acontecia com o Doutor Afonso Queiró.

Entre estes factos e a conversa havida, tempos antes, com o Doutor José de Faria Costa tinha-me levado a reflectir quer sobre a importância do contexto democrático quer sobre a não criação de ausência de critério ou critérios subjectivamente diferenciadores para uma decisão política.

Naquele momento em que me era pedido uma decisão, vingou o contexto democrático e a autonomia universitária. Se estudava por aquela obra do Doutor Antunes Varela, se a Universidade tinha os seus órgãos electivos, não deveria aquele professor ficar de fora por razões ideológicas, essa era a generosidade da democracia. Lembro que assim decidi para aquela deliberação, tendo, ainda proposto que durante um ano o Doutor Antunes Varela não pudesse ser presidente do Conselho Científico.

Após a deliberação de reintegração do Doutor Antunes Varela, julgo com a aprovação igualmente daquela limitação, desci as escadas monumentais orado pela pressão, ignorando que no dia seguinte haveria de as subir encontrando uma faixa onde se reclamava uma assembleia geral no Gil Vicente por causa da posição do traidor Guilherme. Eu havia sido eleito para aquele cargo por uma lista constituída por várias esquerdas.

Dois dias depois, contrariando as recomendações dos amigos, haveria de entrar no Teatro Gil Vicente, repleto de estudantes, para defender a minha posição.

Eu entrei no Teatro como um condenado deveria entrar. Só hoje me apercebo da importância da assembleia ter ocorrido num teatro e num teatro com o nome de Gil Vicente.

Não logrei convencer das minhas razões, mas, surpreendentemente, foi deliberado que eu deveria manter-me como membro do Conselho Directivo. Ali havia ocorrido uma verdadeira convenção, no sentido que lhe dá o léxico teatral “o conjunto de pressupostos ideológicos e estéticos, explícitos e implícitos, que permitem ao espectador receber o jogo do actor e a representação”<sup>1</sup>.

Foi nessa “suspensão de descrédito”, nesse “faz-de-conta de conta”, que nos refere Delfim Paulo Ribeiro<sup>2</sup>, em que “as convenções não são estáticas ou universais, visto dependerem das culturas, épocas e géneros artísticos a que se reportam” que me permitiu uma integridade física em face dos mais exaltados contestantes, como, igualmente, a decisão da minha permanência no Conselho Directivo.

Nesse dia, nasceu o germen da minha gastrite e, também, nasceu o germen da minha identidade e autonomia que, por um lado, a Universidade me proporcionou, o dever de pensar criticamente, e a democracia me ofertou, o direito a participar no destino da *res publica*.

*Guilherme Figueiredo*

<sup>1</sup> Pavis, P., Dicionário de teatro, São Paulo, 1996, Perspectiva, apud Delfim Paulo Ribeiro, Instrumento estético-pedagógico, Exedra, n.º 5, 2011.

<sup>2</sup> Delfim Paulo Ribeiro, *ibidem*.



## CONFERÊNCIA “ÉTICA E EVASÃO FISCAL” 7 DE JUNHO DE 2014





## Recordações

O convite que me foi dirigido pela Direcção da ALUMNI, e que muito me honrou, foi pretexto para recordar os tempos mais antigos enquanto estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. As memórias vieram, como sempre, desorganizadas.

Cheguei à Faculdade em Setembro de 2007. A opulência do edifício, os labirintos – ainda hoje em parte desconhecidos – que conduziam às salas na altura mais recônditas (o desafio que foi encontrar a Sala das Revistas!) e a afamada exigência dos Professores estimularam um estudo mais afincado nos primeiros tempos. Dessa primeira fase recordo, particularmente, a defesa de um trabalho de uma amiga (era o primeiro ano do curso “à bolonhesa”) em que uma das críticas foi, nada mais, nada menos, do que o uso do verbo despoletar que, descobri nesse dia, tinha um sentido (pelo menos na sua origem) totalmente contrário àquele que então lhe atribuí. Ganhávamos -eu e os colegas -, pouco a pouco, a consciência de que, apesar de não estudarmos matemática, o rigor na linguagem não era despiciendo. O resultado foi positivo. Recordo-me, pelo caricato da situação, que, quando telefonei para casa a dar conta da primeira classificação obtida, a dificuldade esperada era tanta que, apesar de ter comunicado ter obtido 16 valores, o apoio foi pronto: “Seis? Não faz mal, trabalhas mais e da próxima correrá melhor!”.

Não que o estudo se tenha feito, nem apenas, nem sobretudo, por reverendo temor às avaliações. Pelo contrário, as aulas foram-se revelando, na sua larga maioria momentos muito prazerosos e um verdadeiro estímulo ao aprofundar de conhecimentos. Como foi – e continua a ser bom – a transmissão oral do conhecimento! Como era agradável a sensação de, ao fim de quarenta e cinco minutos nos sentirmos mais sábios! Era um gosto assistir ao entusiasmo com que alguns Professores defendiam as posições por si assumidas, esgrimindo argumentos contra as ideias que se lhes opunham. Não posso, igualmente, deixar de realçar o cuidado, quase enternecedor, com que muitos nos alertaram para a necessidade de não nos dedicarmos em exclusivo ao estudo e de aproveitarmos o tempo de estudante para um enriquecimento mais profícuo do que aquele que resulta, apenas, dos livros. E, se depois da Páscoa, eram frequentes os apelos a um estudo mais dedicado e metódico, não faltavam os docentes a aconselhar um gozo pleno da semana da Queima das Fitas.

Deste tempo ficaram, também, as amizades profundas, ou mero companheirismo de quem partilha momentos difíceis. Concluímos, eu e tantos outros, que a espera para uma prova oral é tempo muito oportuno para travar novos conhecimentos e partilhar angústias profundas com desconhecidos. Ou, ainda, que



tentar explicar a matéria a um colega que ainda não a compreendeu tão bem não é perda de tempo, mas uma forma de consolidar conhecimentos. E que o estudo se faz de forma muito mais feliz quando podemos, sem vergonhas, demonstrar toda a nossa ignorância aos nossos pares e procurar, com eles, esclarecer as nossas dúvidas. Ou ainda, e não menos importante, que nem só de livros se faz Coimbra e que, por vezes, prolongar o café do fim de almoço, reduzindo o tempo de estudo, pode ter efeitos muito benéficos.

Olhando agora estas esparsas memórias que o exercício veio reavivar, creio poder concluir que, na verdade, o que de melhor guardei dos tempos de estudante na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra foi o facto de ter sido uma procura pelo saber jurídico que foi sempre acompanhada por outros com o mesmo objectivo. Julgo, por isso, ser de louvar a existência de uma associação como a ALUMNI que procura continuar a fazer-nos sentir acompanhados por aqueles que, começando a viagem muito antes ou um pouco depois de nós, podem partilhar connosco as agruras e alegrias de quem procura saber o Direito e pô-lo em prática.

*Mariana Geraldo*

## PRÉMIO EDUARDO CORREIA

### PROF. DOUTOR EDUARDO HENRIQUES DA SILVA CORREIA



Nasceu em Lisboa a 1 de Outubro de 1915.

Carreira Académica. Doutor em Direito em 1945. Professor Catedrático desde 1948. Leccionou: Direito Criminal; Criminologia; e Direito Processual Penal.

Cargos exercidos. Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra. Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Coimbra. Ministro da Educação. Ministro da Justiça. Membro da Comissão Constitucional. Presidente da Comissão de Reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal. Presidente do Grupo Português da Associação Internacional de Direito

Penal. Director do Instituto de Criminologia de Coimbra. Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Economia de Coimbra.

Distinções. Membro da “Fondation Internationale Pénal et Pénitentiaire”. Grã-Cruz da Ordem de Sant’Iago da Espada. Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul. Comenda da Ordem do Visconde do Rio Branco. Comenda da Ordem do Mérito da Itália. Grã-Cruz da Ordem de San Raymundo de Peñafort. Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha.

## PRÉMIO EDUARDO CORREIA 7 DE JUNHO DE 2014







## ***A esquecida juridicidade Europeia***

Coimbra: uma cidade, uma Universidade, para sempre saudade. Saudade de um tempo de Estudante em que o Direito é ainda um devir, um caminho amplamente em aberto, um desconhecido para o qual a curiosidade é despertada. De início ao fim esta indeterminação e esta busca vão esmorecendo. Não só o conhecimento se vai acumulando e respondendo a algumas das ingénuas questões do começo, mas também surgem os formalismos e os tecnicismos que afastam para o lado a curiosidade juvenil sem a qual se deixa de questionar tudo, para passar a não desconfiar de nada. Falta sobretudo tempo, tempo para absorver o conhecimento como um todo e relembrar, de quando em vez, os passos que se foram dando.

Ora este Estudante com sede de aprender, um dia vem a integrar o inevitável mercado de trabalho (não fora o mundo todo ele comandado por mercados nos dias de hoje). Aqui chegado, toda esta correria é exacerbada e o tempo continua sem ter o seu devido lugar, mas ainda assim é possível, em momentos de reflexão, retroceder e questionar: mas afinal, o que é o Direito?

Tendo retrocedido até esta questão quando, para o propósito do presente texto, me foi dada total liberdade de escolha quanto ao tema para esta pequena contribuição, não posso deixar de começar por admitir que tal interrogação me leva incessantemente a mais dúvidas – embora continue a acreditar nalguns aspectos basilares, muitos vindos já do meu primeiro ano de Estudante em Coimbra, que qualquer reflexão sobre esta interrogação não pode deixar de ter.

Será o Direito parte acordada do clausulado do contrato social, ou a encarnação de um imposto Leviatã? Confunde-se com a política, é dela mera expressão, ou atinge uma arrogada posição de autonomia? Será afinal apenas um conjunto de leis, proclamadas pelo e para o povo (signifique isso lá o que significar)? Na prática, será tão-somente uma burocracia desenfreada de infinita papelada? Será um círculo vicioso que se auto-alimenta e que foi engrandecendo muito para lá dos limites da regulação societária desejável?

Para reagir a estas interrogações, é inevitável retornar à base das bases, isto é, ao conflito, ainda hoje acesso, entre as perspectivas positivista, anti-positivista e diversas variantes intermédias. Não me proponho a pronunciar-me, nem exaustivamente, nem brevemente, sobre elas. Antes me pareceu apropriado relembrar um adequado e por vezes esquecido exemplo de Direito anti-positivista (termo cuja concretização propositadamente deixarei em aberto), sem se afirmar como tal, e que se autoproclamou como uma ordem jurídica *sui generis* – o Direito Europeu.

Aquele mesmo Estudante teve de passar por este ramo do Direito e aprender os seus dois mais importantes princípios: primado e efeito directo. Estes princípios

são agora termos banalizados que os juristas europeístas teimam em repetir. Não sem razão, pois são eles ainda hoje determinantes de muitos outros princípios e têm em si capacidade de resolução de muitas problemáticas. No entanto, é de particular relevo relembra-los pelas decisões judiciais que os trouxeram ao mundo, como que, dirão alguns, por imaculada concepção.

Logo em 1963, os juízes de um recentemente formado tribunal sito no Luxemburgo proferiram o acórdão *Van Gend & Loos* no qual concluíram, *inter alia*, que “a Comunidade constitui uma nova ordem jurídica de direito internacional, a favor da qual os Estados limitaram, ainda que em domínios restritos, os seus direitos soberanos, e cujos sujeitos são não só os Estados-membros, mas também os seus nacionais”. Para esta conclusão apoiaram-se no “espírito, economia e conteúdo” do Tratado CEE, analisados em breves quatro parágrafos. O termo “ordem jurídica”, referido nesta única passagem, foi um ano mais tarde repetido no acórdão *Costa/Enel*, afirmando-se que “diversamente dos tratados internacionais ordinários, o Tratado CEE institui uma ordem jurídica própria que é integrada no sistema jurídico dos Estados-membros”.

De onde veio esta ordem jurídica? Após a conclusão dos Tratados Comunitários, não era de todo evidente nem expectável que estas decisões surgissem, nem que houvesse uma tão inequívoca referência a uma ordem jurídica mais tarde denominada de supranacional. Terá bastado a criação de uma instituição judicial para que as Comunidades fossem Comunidades de Direito? Em boa verdade o que bastou foi a existência destes juízes a cumprir o que sentiram ser o seu papel, que passava por um contributo de peso no desenvolvimento desta nova Europa.

Tiveram vontade de fazer crescer, avançar e autonomizar o projecto Europeu, o que dificilmente não se identificará com uma vontade política. Mais ainda, foi uma vontade política contrária à dos Estados Membros. Contudo, esta vontade foi levada a cabo pela via do Direito, partindo de normas escritas num Tratado, pondo de parte uma qualquer vontade hipotética do legislador e apoiando-se num raciocínio sistémico, considerando o Tratado no seu todo e a sua inserção no projecto que estava a ser criado, bem como num raciocínio teleológico, inquirindo sobre o fim das normas que estavam em questão, bem como do mais amplo sistema em que elas se inseriam.

De notar que um elemento de grande relevo para estas decisões foi o facto de os Tratados Comunitários consubstanciarem não só direitos e obrigações para os Estados Membros, mas também para os cidadãos europeus. Estes são sujeitos de Direito em si, não por intermédio dos seus respectivos países, e deve ser esta a perspectiva a ser mantida, realizando-se uma atividade judicial de pessoas concretas, não apenas de relações estatais diplomáticas. Não era este afinal o desígnio de um projecto de paz europeia? Ora aos cidadãos não basta um parlamento para verem os seus direitos efectivamente protegidos.

E assim se passou de projecto (político) a ordem (jurídica), numa autêntica revolução disfarçada de inequívoca decorrência de palavras em Tratados e espíritos delas extraídos. Atrevo-me a concluir que estes acórdãos foram fruto de um corajoso acto de frontal contrariedade a duas tendências das quais por demasiadas vezes nós juristas não nos desprendemos: uma aplicação mecanicista de regras plasmadas em artigos e uma primazia da vontade político-legislativa sobre a concreta decisão judicial. Ainda assim, não é o enaltecimento da bravura destes acórdãos que responde à mais intrincada questão: e de onde vem a legitimidade judicial?

*Van Gend & Loos* e *Costa/Enel*, serão eles o resultado de uma normatividade jurídica atingida por epifania? Ou de uma vontade política tomada de assalto por juízes não democraticamente eleitos? Queremos acreditar que estarão a meio caminho entre ambos. Inegavelmente, o Direito realizado por juízes implica uma boa dose de decisão sobre o que é o justo, o que é o correcto, o que é relevante, não enquanto decisão a tomar em vez do político, mas em conjugação com o político.

Perguntar-se-á quem controla, balanceando os poderes, os juízes, pois se não são democraticamente eleitos? Contudo, revertamos a questão: estaria o poder legislativo sempre mais bem posicionado para tomar decisões sobre o “justo”? Desde os primórdios da democracia que dificilmente a sua teoria se coaduna com a vivência prática, realidade crescentemente presente. Para além de instituições do povo e para o povo, assentes no processo eleitoral democrático, é indispensável à vida da democracia a existência de instituições não-democráticas, às quais cabe tomar decisões independentes do sistema político-partidário e parlamentar. O papel dos juízes é exemplarmente não-democrático, mas distingue-se de qualquer propósito anti-democrático.

Se o Direito não é discurso político, nem burocracia administrativa, nem formalidades de escritório – será mesmo verdade que se realiza ele judicialmente? Atrevo-me, apoiando-me em gigantes, a dizer que sim.

Se isto é discutível e contestado ao nível nacional, não admira que ao nível Europeu, onde abundam as sensibilidades soberanas, maiores controvérsias surjam. Nos referidos acórdãos emancipou-se um projecto político pelas mãos de juízes, pessoas humanas, com tendências e vontades, que contrariando, conscientemente ou não, as tendências positivísticas às quais seria fácil sucumbir num contexto internacional, anteciparam o rumo distinto que esta organização supranacional poderia vir a ter, não só político, mas também e principalmente jurídico.

Não fugindo à regra num mundo de crises da crise, este início quase que lírico de um admirável novo Direito viria a desencantar, caindo num processo exemplarmente burocrático e com dimensões políticas duvidosas. A Europa já há muito que não se desprende de ser associada com crise económica, mais recentemente *Grexist*, *Brexit* e uma guerra entre os (ei-los novamente) mercados financeiros e a democracia.

E no entanto não se enganem – o projecto-ordem jurídica não cessou a sua existência, antes permanece num activo mais discreto e mantém, com a mesma



tensão divisória que existe entre dois mundos inseparáveis, a sua distância das dimensões político-burocráticas. Tudo isto é ainda feito pela mão de juízes, sentados no Luxemburgo, a tomar decisões que influenciam muito mais cada um de nós do que tende a ser publicitado. Basta referir exemplarmente a corrente de decisões atinentes aos direitos inerentes à cidadania europeia, como *Ruiz Zambrano*, a opinião sobre a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, ou a pronúncia sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade em *Pringle*.

Todas estas decisões e suas homólogas poderão ser conotadas, positiva ou negativamente, como representativas de um activismo judicial. Por não poucas vezes ter-se-á de lhes apontar uma clara insuficiência de justificação e argumentação jurídicas. Seja qual for a conclusão a que se chegue sobre o mérito delas e de outras mais, é inegável que a jurisprudência europeia nos tem presenteado ao longo de mais de cinco décadas com um fabuloso exercício de reflexão jurídica que não poderá deixar de estar presente em qualquer questionamento actual sobre o que é o Direito.

Que haja tempo para mais reflexão. Que haja tempo para recuar dos prazos apertados, dos documentos cuja formatação tem de ser revista, das leis novas a saber de cor, da montanha infinita de conhecimento que tem de ser ingerida de um só garfada para depois ser pobremente regurgitada – para então relembrar que há um sentido por detrás de toda esta correria contra o tempo. Que aí se relembre Coimbra: uma cidade, uma Universidade. E é mesmo verdade que deixa sempre saudade.

*Mafalda de Sá*

## JANTAR CONVÍVIO 7 DE JUNHO DE 2014



## UM ADEUS INQUIETO AO SÉCULO XVIII



O nosso encontro de 2015 termina, como habitualmente, com música. Teremos o nosso já conhecido Quarteto de cordas da Orquestra Clássica do Centro, mas desta vez com a apresentação na íntegra (e como única peça do programa) de uma fascinante obra de juventude de Beethoven: o quarteto em dó menor op. 18 nº4.

Terminado em 1800, é em rigor cronologicamente o último da série de seis quartetos que integram o opus 18 (os nºs 5 e 6 foram na verdade compostos antes!). O material temático que utiliza (proveniente dos anos de Bonn), as convenções a que aparentemente se submete (com alguns *rastos* que nos remetem para a herança do *divertimento* galante, anterior à invenção do «género» *quarteto*) e o modo como (num diálogo irresistível com Mozart) mobiliza a mítica tonalidade de *dó menor*... permitem-

-nos na verdade reconhecer nesta obra um momento único (ainda que certamente mal-amado!), no qual um adeus *interior* ao século XVIII (partilhado por todas as grandes criações beethovenianas deste período) adquire um *pathos* especial, menos marcado pela *malinconia* (lembremos o subtítulo do *finale* do op. 18 nº 6!) do que pela inquietação e pela impaciência (com uma inesperada dose de auto-ironia).

Vale a pena experimentar isto, ouvindo com muita atenção o início do primeiro andamento (*Allegro ma non tanto*): o primeiro tema (que irrompe cantado pelo primeiro violino logo nos compassos iniciais) — e que vai reproduzido por inteiro na nossa imagem de abertura! — é na verdade tão previsível no seu desenho e na sua ornamentação (em *grupetti*) quanto inesperado na acentuação e na dinâmica, com *sforzandi* e *fortissimi* (alguns em oitavas) que nos entregam a uma emocionante corrida (se não fuga) para a frente... — como se a despedida do *século das Luzes* se tivesse tornado inevitável e importasse não a prolongar muito mais (mesmo ainda sem se ter encontrado um idioma alternativo). O que significa também logo a seguir evitar o peso de um andamento lento, cuja função vemos aqui substituída por um intrincado *fugatto* (em dó maior!), um milagre de simplicidade não obstante a complexidade contrapontística da escrita (*Andante scherzoso quasi allegretto*). O regresso a dó menor cumpre-se, não menos surpreendentemente, com o (curto



mas magnífico!) *Menuetto*, dando-nos a chave para perceber que a tonalidade reservada por Mozart para exprimir os abismos mais negros e sublimes da tragédia pessoal — na Sonata de piano K. 457, na Fantasia K. 475, no Concerto K. 491, na *Große Messe* K. 427, em algumas passagens dos *ensembles* confiadas a Donna Anna ... ou ainda no «Tradito, schernito!» de Ferrando... — está, com Beethoven, prestes a converter-se no recurso por excelência de uma retórica de luta, à procura do seu *herói*... — a mesma retórica que, com uma generosidade operática, se cumpre na Sonata op. 13 (dita *Patética*)... e que, com a felicidade de um vigor heróico, virá a iluminar os universos do Terceiro Concerto op. 37 e da Quinta Sinfonia op. 67, três das mais célebres obras escritas em dó menor! Que importa se depois de tudo isto o último andamento (*Allegro*) nos reconduz ao percurso, sem surpresa, de um rondó A-B-A-C-A-B-D? A corrida continua na verdade irresistível... e a eloquência torrencial (relativamente indiferenciada) empurra-nos, sem a sombra de um remorso, para o limiar do novo século. Não falta sequer o aperitivo delicioso de um haydniano «estilo» *all'Ungarese*, com um *Prestissimo* (D) em que as tonalidades menores (depois de algumas inquietas hesitações) parecem definitivamente derrotadas!

Depois deste *finale* delicioso... que venham os *encores*!

## BEETHOVEN

### Quarteto nº 4, em dó menor, opus 18 nº 4 (1798-1800)

1. Allegro, ma non tanto [aprox. 9 ms]
2. Scherzo: Andante scherzoso, quasi allegretto [aprox. 7 ms]
3. Menuetto: allegretto [aprox. 4 ms]
4. Allegro [aprox. 5 ms]

### Quarteto de Cordas da Orquestra Clássica do Centro

Quinta das Lágrimas, 27 de Junho de 2015

*J. M. Aroso Linhares*

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa de Assembleia

Maria de Fátima Lencastre

Paulo Mota Pinto

Sandra Teixeira do Carmo

### Direcção

José Manuel Aroso Linhares (Presidente)

Arménia Morgado Coimbra

Marta Chantal Machado Ribeiro

Ana Margarida Gaudêncio

Luís Meneses do Vale

### Conselho Fiscal

Benjamim Silva Rodrigues

Guilherme Xavier de Basto

José Carlos Vieira de Andrade

### Consilium

Álvaro Laborinho Lúcio

António Arnaut

António Barbosa de Melo

António Castanheira Neves

António de Almeida Santos

Artur Santos Silva

Emílio Rui Vilar

Fernando Aguiar Branco

Francisco Pereira Coelho

José Cardoso da Costa

José Miguel Júdice

José Narciso Cunha Rodrigues

Manuel Henrique Mesquita

Maria de Fátima Lencastre

Mário Júlio de Almeida Costa

Miguel Veiga

Rui Alarcão



# ALUMNI

Associação dos Antigos Estudantes da  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

• U • C •

